ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **dwyXz73wNinL** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

DESENHO URBANO E FORMAÇÃO DA CIDADE DE PORTALEGRE-RN: do breve percurso histórico à configuração espacial da cidade.

Autores:
Carlos Pereira Junior - UFERSA - carlosjrport@gmail.com
Antônio Carlos Leite Barbosa - UFERSA - antonio.leite@ufersa.edu.br
Bruno Fernandes Costa - UFERSA - Bruno.costa1100@gmail.com
Athirson Pascoal Aquino Nascimento - UFERSA - pascoalathirson@gmail.com

Resumo:

A cidade de Portalegre localizado no estado do Rio Grande do Norte, na região do “Alto Oeste”, revela particularidades históricas que remetem ao processo de aglutinação e constituição dos primeiros núcleos de povoações que culminaram na formação das pequenas cidades do sertão potiguar. Vislumbrando-se a então “cidade antiga” e “cidade nova” em concomitância a crescente periferização de áreas limítrofes ao centro urbano. Com efeito, este trabalho o objetiva estudar o processo evolutivo através do desenho e morfologia urbana identificando de que forma os diversos agentes construíram do espaço urbano em Portalegre na perspectiva social e espacial. O processo metodológico consistiu no levantamento de informações em fontes primárias (artigos científicos, trabalhos técnicos e acadêmicos realizados quanto ao tema em tela) e secundárias (informações coletadas junto a órgãos governamentais, prefeitura municipal, paroquia, biblioteca local e entrevista a moradores locais). Como resultados, a pesquisa apresenta espaço fragmentado em áreas antagônicas (cidade antiga e cidade nova) e periferia, geradas pelas formas de usos e agentes sociais.

DESENHO URBANO E FORMAÇÃO DA CIDADE DE PORTALEGRE-RN: do breve percurso histórico à configuração espacial da cidade

DESENVOLVIMENTO REGIONAL - VELHOS PROBLEMAS, NOVOS DESAFIOS

RESUMO

A cidade de Portalegre localizado no estado do Rio Grande do Norte, na região do "Alto Oeste", revela particularidades históricas que remetem ao processo de aglutinação e constituição dos primeiros núcleos de povoações que culminaram na formação das pequenas cidades do sertão potiguar. Vislumbrando-se a então "cidade antiga" e "cidade nova" em concomitância a crescente periferização de áreas limítrofes ao centro urbano. Com efeito, este trabalho o objetiva estudar o processo evolutivo através do desenho e morfologia urbana identificando de que forma os diversos agentes construíram do espaço urbano em Portalegre na perspectiva social e espacial. O processo metodológico consistiu no levantamento de informações em fontes primárias (artigos científicos, trabalhos técnicos e acadêmicos realizados quanto ao tema em tela) e secundárias (informações coletadas junto a órgãos governamentais, prefeitura municipal, paroquia, biblioteca local e entrevista a moradores locais). Como resultados, a pesquisa apresenta espaço fragmentado em áreas antagônicas (cidade antiga e cidade nova) e periferia, geradas pelas formas de usos e agentes sociais.

Palavras-chave: Desenho urbano, Morfologia, Historiografia, Portalegre.

1 INTRODUÇÃO

A cidade como centro de relações sociais e econômicas, promove o surgimento de valores, estatutos e culturas, delineadoras do processo de formação do espaço urbano. Neste sentido, a malha urbana formula-se como produto das ações antrópicas materializadas sobre esta, classificando-a como uma expressão humana, fruto das interações conjuntas dos agentes sobre território. Deste modo revela-se como construção ao longo da história para que se a compreenda no atual presente sua estrutura morfológica, configurando assim a impossibilidade de separação da sociedade e do recorte temporal analisado.

O município de Portalegre localizado no estado do Rio Grande do Norte, na região do "Alto Oeste", revela acontecimentos no campo da historiografia urbana que remetem ao processo de formação e constituição dos primeiros núcleos de povoações que culminaram na formação de pequenas cidades norte-rio-grandense. Como uma das primeiras vilas fundadas no período colonial no território potiguar, o município tem no seu arcabouço histórico, respostas acerca da sua configuração espacial. O território portalegrense foi descoberto inicialmente nas primeiras décadas do século XVIII, pelo então português Manoel Nogueira Ferreira. Motivado por encontrar áreas férteis e com água para o plantio e criação de animais, fixou-se nesta rasga de terra. Como forma de alcance à posse simbólica, implantou toros de

madeiras, e mais tarde intitulada como Serra dos Dormentes, denominação que veio logo em seguida a ser substituída por Serra de Santana, e posteriormente por Serra do Regente.

Neste sentido, no dia 8 de dezembro do ano 1761 foi fundada como Vila de Portalegre. Como fruto da política do primeiro ministro do rei Dom José I, Sebastião José de Carvalho Melo, conhecido sob o título de Marquês de Pombal, foi executado um projeto urbano na atual aglomeração, objetivando a configuração do traçado das ruas e orientá-la com base em ideários iluminista. Teixeira (2005) comenta que o projeto inicial indicava uma clara hierarquia do espaço urbano, com edificações situadas na praça, de maior prestígio, todas localizadas próximas a Igreja.

Contudo, ao longo do processo de crescimento urbano do município, evidenciaram-se transformações no plano original, abrindo caminhos para novos espaços de ocupação humana, culminando na emancipação política no dia 29 de março de 1938 deixando de ser Vila, passando à categoria de cidade, através do decreto-lei n° 311, criado pelo então presidente da república, Getúlio Vagas.

Neste sentido, a zona central do município, fruto das primeiras aglomerações não seguiu o projeto original conforme estabelecido por Antônio Albino do Amaral e Sebastião Gonçalves dos Santos, que previa a distribuição de lotes em quadras trapezoidais e ruas retilíneas, orientadas ao centro em forma radial. Decorrente da estratégia urbanística colonial de povoamento, a estruturação do espaço urbano conformou-se à maneira lusitana de urbanização, sem tantas preocupações ornamentais de ordenamento. A cidade perpassa nos tempos apresentando crescimento lento evidenciando pouca expressividade urbana mantendo o ritmo pacato da vida rural.

No final do século XX e início do XXI, observa-se o espraiamento da malha urbana, deixando áreas centrais e abrangendo regiões periféricas. Contudo, o crescimento ainda traz consigo, características urbanísticas da estrutura primitiva, reflexos do processo de constituição e construção da cidade ultramarina em terras além-mar. Entre os anos de 2006 e 2015, a estrutura morfológica urbana da cidade, teve incrementos espaciais com a construção de novos bairros nos quais se evidenciam uma padronização do traçado em consonância os padrões urbanísticos tecnicistas que acabaram conferindo ao município duas áreas distintas (Cidade Nova e Cidade Antiga), impregnadas de sentidos históricos e problemas socioculturais e estruturais.

Bairros recentemente construídos como o São José e Varandas apresentam arruamento com padronização em suas medidas e quadras com formatos retangulares sem distorção. Excelentes equipamentos urbanos como sarjetas para escoamento de águas pluviais, não havendo acúmulo em períodos chuvosos. Outro ponto em destaque recai sobre a arborização da localidade que contribui com temperaturas amenas influenciando no conforto urbano. Tomando como parâmetros a eficácia dos equipamentos, divisão do solo e parcelamento das quadras, esta região, figura-se como área na qual se verifica uma normalização do desenho urbano.

Todavia, na “cidade nova”, é nítida a periferização da cidade pequena oriunda de um crescimento urbano desordenado com ruas e avenidas sem consonância com medidas técnicas padrões (ausência de alinhamento das edificações, ruas estreitas e não

pavimentadas). Atualmente nestes núcleos urbanos a falta de serviços básicos como saneamento e acesso as mínimas condições dignas urbanísticas tem dificultado o trânsito e locomoção dos pedestres promovendo o impacto socioespacial na vivência plena do direito à cidade, a vida urbanizada. Nesta perspectiva, o cenário configura duas zonas antagônicas em meio ao processo do florescimento de assentamentos precários com tendências a marginalização do espaço construído.

Nesta perspectiva, o objetivo do trabalho é estudar as transformações morfológicas do desenho urbano frente a ação dos agentes produtores do espaço urbano e sua implicância na estruturação urbana de Portalegre. Desta forma, o presente estudo traz uma reconstrução histórico-espacial, sobre o processo evolutivo de Portalegre, correlacionando a cartografia histórica e primeiro plano urbanístico com a configuração espacial atual de modo subjacente à compreensão dos principais problemas urbanos vigorantes na urbe.

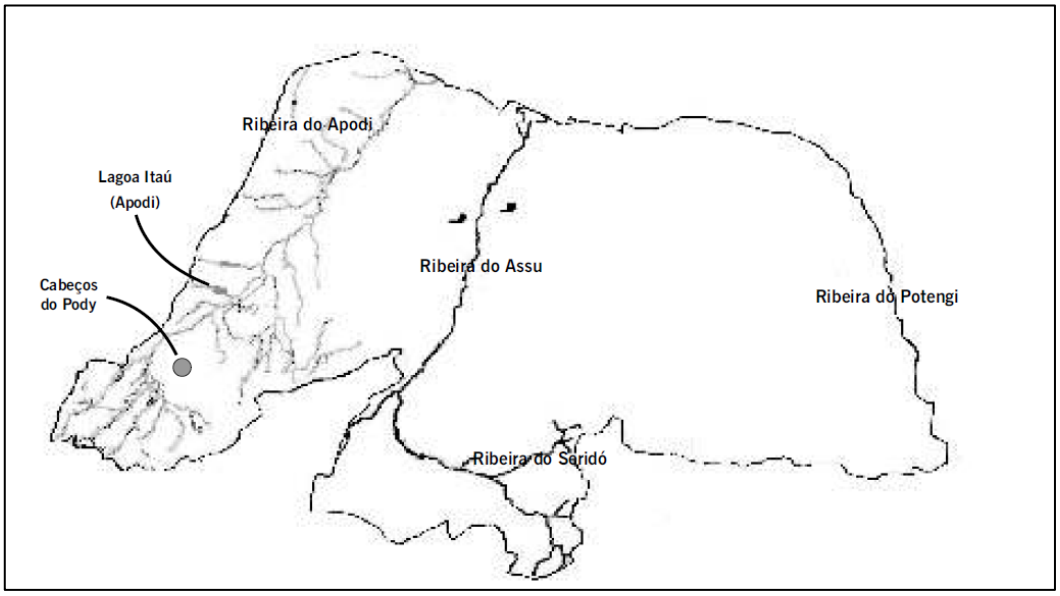
2 PORTALEGRE, HISTÓRIA E PROCESSO EVOLUTIVO

A coroa portuguesa em busca da posse do novo continente, expansão e colonização dos sertões nordestinos promoveu a formação de espaços diversos sobre este território, mapeando e povoando a terra, reafirmando o poder do rei sobre a colônia. Desta forma, em março de 1534 o Brasil foi dividido em Capitanias Hereditárias que tinham como objetivo a ocupação da colônia e proteção das terras recém-descobertas de possíveis invasores.

Inicialmente este processo de desbravamento sobre estas áreas até então desconhecida, deu-se em regiões favoráveis ao plantio e criação de animais, ocorrendo em locais próximos a fontes de águas, passando a serem conhecidas como ribeiras. Conforme afirma Dias (2010) os núcleos populacionais e povoações diversas estavam sempre localizados nas proximidades de águas, principalmente dos rios. Assim sendo, a concepção de divisão regional que perdurou até o início do século XIX foram às ribeiras. Como consequência na segunda metade do século XVIII a Capitania do Rio Grande contava com diversas divisões regionais ribeirinhas; tais como as Ribeiras do Potengi, do Assu, do Seridó e do Apodi, Figura 01.

Diante deste contexto, o paraibano Manuel Nogueira Ferreira assume destaque como um dos primeiros desbravadores da Capitania, fixando inicialmente na Ribeira do Apodi, mas por restrições postas pelos índios locais e conflitos pela posse da área, impuseram a Manoel Nogueira a saída deste ambiente hostil, adentrando ainda mais ao oeste em busca dos planaltos existentes na região. Subindo a serra dos Cabeços do Pody no intuito de procurar um local tranquilo onde pudesse finalmente restabelecer suas posses para criar e plantar.

Figura 01: Ribeira do Apodi e outras ribeiras



Fonte: Dias, 2010.

Ao chegar nesta região, fixaram entre dois olhos d'águas presentes na localidade, hoje atualmente o Terminal Turístico da Bica e o Brejo. Com seu estabelecimento nesta região, fincaram toros de madeiras lavradas nos quatro lados na região, conhecidos também como dormentes. Neste sentido, Dias (2010) afirma que os dormentes, enquanto representação simbólica de posse de terras pertencentes aos Nogueira Ferreira serviram também para designar a serra como Serra dos Dormentes, nome que aparece na Carta de Sesmaria nº. 372, de 14 de março de 1749, doada aos irmãos Clemente Gomes de Amorim e Carlos Vidal Borromeu.

Mesmo após a morte de Manuel Nogueira Ferreira, percebe-se que as terras por ele desbravadas, continuaram sobre posse de seus herdeiros, pois sua esposa Maria de Oliveira Correa e suas filhas Margarida de Oliveira Nogueira e Antônia de Freitas continuaram a residir na Serra dos Dormentes. Quinze anos depois, Margarida de Oliveira Nogueira, herdeira de seu pai, casa com Carlos Vidal Borromeu, que juntamente com seu irmão Clemente Gomes de Amorim, passaram a residir na Serra dos Dormentes, em terras que solicitaram a seguir, provavelmente as mesmas que foram demarcadas por Manoel Nogueira Ferreira. Em 1750, Carlos Vidal herdou a sesmaria na Serra das Dormentes, por morte de seu irmão.

No início da década de 1750, a região passou a ser conhecida por Serra de Santana, tendo sua origem a partir de Margarida de Freitas ou Margarida de Oliveira Nogueira, que em função de uma 'doença", a mesma fez votos pelo seu completo restabelecimento, a Nossa Senhora de Sant'Anna, prometendo construir uma capela com uma imagem da santa. Com efeito Motta (1923) afirma, que em 1752, Margarida de Freitas adoeceu e, com o desejo de ser curada, fez uma promessa a Sant´Anna, comprometendo-se em construir uma capela para a santa. Com o seu estabelecimento, Margarida de Freitas autorizou a construção da capela na Serra dos Dormentes e mandou buscar uma imagem da santa em Lisboa. Após essa construção, a Serra passou a ser chamada de Serra de Sant´Anna.

Há afirmações que mesmo depois do restabelecimento de Margarida de Freitas e depois da serra passar a ser chamada de Serra de Sant'Ana, as terras teriam ficado devolutas, já que por não terem os concessionários demarcado as terras no prazo marcado pela lei, passaram as terras devolutas (matas) ao reguengo, sendo administradas ou regidas pelo Capitão-Mor e Governador do Rio Grande do Norte, ficando então conhecida por Serra do Regente. Cascudo (1968, pag. 235) reforça a essa suposição para explicar a quarta nomenclatura que recebeu a Serra de Portalegre, quando afirma que:

> [...] depois da morte dos primitivos sesmeiros houve um abandono de ocupação, explicado por causas ainda imprecisas, revolta indígena, longas estiagens, disputa de posseiros, e a terra, não mais utilizada, caiu em comisso, voltando a pertencer ao Rei de Portugal, terra de reguengo, juridicamente devoluta [...] dando Serra do Regente.

Em 1760, conforme afirma Teixeira (2005) os ataques dos índios Paiacu da missão Apodi exasperaram os criadores de gado das proximidades, que pediram a partida deles da região. Tendo como base a Carta Régia de 14 de setembro de 1758, o governador Joaquim Felix de Lima encarregou o juiz Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco de transferir os índios de Apodi e de fundar uma nova vila. Para isso, foi publicado um edital, que foi lido, juntamente com a referida carta, durante a missa convencional ocorrida em Apodi, em 13 de maio de 1761. Após a apresentação habitual de seu posto e de suas funções, que incluíam as relativas à Companhia de Comércio de Pernambuco, o juiz se expressa nestes termos:

> Faço saber a todos que este edital virem ou dele notícias tiverem que determinando El Rei nosso Senhor pelo alvará de 6 de junho de 1755 […] examinei procedendo de acordo do Exmo e Revmo Bispo e Ilmo e Exmo Governador Capitão general, as terras mais vizinhas da antiga aldeia do Apodi, para aplicar as que fossem mais convenientes para a cultura dos índios da dita aldeia e seus agregados, e porque as únicas capazes para dito efeito e para erigir vilas são as da Serra de Santa Ana ou do Regente, determinei marcar o dia 12 de junho próximo vindouro para reunirem-se nesta Matriz todos os índios desta velha aldeia e seus agregados, com o fim de seguirem no mesmo dia para a referida Serra, onde pretendo erigir vila, logo que cheguem as instruções necessárias do Governo para este fim […] Matriz das várzeas do Apodi, 13 de maio de 1761. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco (Leite, 1991, p.26-27).

Passando a ser fundada como Vila de Portalegre, logo em seguida no dia 8 de dezembro do 1761. Em virtude da Carta-Régia de 1755 e Alvará-Regio, no dia 6 de junho de 1755, a povoação de Portalegre foi elevada à categoria de município, que teve como primeiro administrador o Capitão José Rodrigues da Silva, que a instalou no dia primeiro de janeiro de 1756, isto é, na condição de Vila, já no que diz a respeito à município, somente aconteceu no dia 11 de abril de 1835, quando era presidente da Câmara Municipal o Alferes Reinaldo Gonçalves de Oliveira. Conquistou à categoria de cidade em 29 de março de 1938, pela Lei nº 427, sancionada pelo pauferrense, Dr. Rafael Fernandes, depois de 177 anos na condição de vila.

2.2 Desenho urbano e sua relação com as cidades

Os períodos históricos e as diferentes maneiras de apropriação do espaço, as formas e funções podem mudar de maneira significativa. Contudo o desenho urbano, surge como mecanismo na perspectiva de compreensão e analise, tendo o traçado urbano e história como balizadores. Conceituado por Lynch (1981, p. 07) como:

> [...] A arte de criar possibilidades para o uso, gerenciamento e forma de assentamentos ou de suas partes significantes. Ele lida com padrões no tempo e no espaço, tendo sua justificativa na experiência cotidiana humana destes padrões. Não lida exclusivamente com coisas grandes, mas também com políticas para coisas menores - como bancos, árvores ou o sentar em pórticos e entradas - quaisquer aspectos que afetem a performance do assentamento. O "City Design" se preocupa com objetos, atividades humanas, instituições de gerenciamento e processos de transformação.

Com efeito, Del Rio (1990) complementa esta definição, ao descrevê-lo como um campo disciplinar que trata da dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto um conjunto de sistemas físico-espaciais e sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivencias, percepções e ações cotidiana. Contudo, este mecanismo urbanístico, busca um tratamento da cidade, tendo como objetivo a promoção da integração dos elementos conformadores da dimensão físico-ambiental. Em vista disto, são dimensionadas e planejadas calçadas, lotes, quarteirões, considerando o tratamento de seu todo (interligações entre bairros, crescimento e expansão, por exemplo). Para Shirvani (1985, pag. 14), o desenho urbano é a parte do processo de planejamento que lida com a qualidade do meio ambiente e, portanto, possui um grande compromisso público.

Del Rio (1990) afirma que esse campo de estudo se deu inicialmente pela insatisfação geral do público com o ambiente construído. Isto, evidentemente refletia-se no planejamento e na arquitetura, uma situação que mais tarde seria também constatada no Brasil. Havia um crescente desejo pela criação de um campo de interesse que estivesse na interface entre a arquitetura paisagística e o planejamento urbano, inspirando-se na tradição de projeto, e na tradição de gerenciamento ambiental e de ciências sociais do planejamento contemporâneo.

Desta forma, Lima (2008) data o surgimento do desenho urbano no ano de 1960, em países da Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, vindo a ser inserido nos meios profissionais brasileiros no início da década de 1970 em Curitiba, mas é somente nos anos 1990 que se dissemina pelo território nacional. A prática do desenho urbano no Brasil é recente tanto como disciplina inserida nos cursos de arquitetura e engenharia civil, quando forma de intervir nas cidades.

Conforme aponta Lima (2008), no Brasil a prática do desenho urbano é nova, tanto como disciplina, quanto como forma de intervenção nas cidades. Além disto, evidencia-se uma total escassez de bibliografia existente nessa área especifica de estudo. No entanto ao analisarmos a historiografia urbana, constatam-se no princípio, logo no período colonial,

quando povoados, vilas e cidades começavam a despontar nos país, as ruas eram predominantemente sinuosas e o desenho era simples. Andrade e Maia (2011) esclarecem que esta configuração urbana é justificada, pelas atividades econômicas e a vida social que nesses núcleos tinham pouca expressão com a dinâmica maior centrada no meio rural.

O desenho urbano dos povoados do interior do Nordeste caracterizava-se primeiramente pela simplicidade, sendo que a tipologia aqui analisada tinha como ponto de partida uma capela, edificada em um local mais elevado, sem esquecer-se da presença do rio, principal elemento na escolha do sítio. Ao mesmo tempo, não eram povoados estabelecidos na ausência de qualquer lógica em seu desenho. Esta lógica em seu plano denota uma herança colonial da tradição urbana portuguesa, possuindo pouca obediência ao relevo, porém com um plano inicial que se repetiu em muitos povoados e vilas, de acordo com Andrade e Maia (2011).

Tudo parece indicar que os aglomerados “criados”, que resultaram de um propósito deliberado das autoridades coloniais que obedeciam, em suas origens, a um plano regular e geométrico bem que adaptado às características topográficas. Sem demora, porém, deixava-se de lado essa preocupação urbanística e a expansão passava a se realizar de maneira espontânea, sem obedecer a nenhuma diretriz, daí resultando a irregularidade no traçado das ruas, tortuosas quase sempre, com base em Azevedo (1992).

Diante deste panorama, a cidade de Portalegre, teve um plano urbanístico no período pombalino com objetivo de orientação ao traçado urbano direcionando o crescimento espacial do município. Neste sentido Teixeira (2005, p.193) descreve:

> 1) dois grandes eixos nas direções norte-sul e leste-oeste, com 583m decomprimento cada um, se cruzam em seus centros; 2) a partir desse centro, onde se situará a igreja com sua sacristia e seu pátio, são construídos dois octógonos a partir de dois círculos auxiliares. O primeiro círculo, maior, tem um diâmetro de 246,4m; o segundo, um diâmetro de 101,2m; 3) a área compreendida no primeiro octógono, correspondente ao centro geométrico do desenho e na qual se localiza a igreja, é destinada à praça central. A área compreendida entre o primeiro e o segundo octógono é dividida em oito quarteirões trapezoidais, contendo lotes para as habitações e para a casa de câmara e cadeia; 4) os dois eixos formam quatro grandes ruas retilíneas, de 242,11m de comprimento por 8m de largura. Essas ruas desembocam na praça central; 5) os octógonos são delimitados pelas quatro ruas principais retilíneas e pelos espaços livres que servirão posteriormente para formar quatro outras ruas ou travessas, destinadas à expansão da localidade. Embora as dimensões dessas novas ruas oblíquas não sejam indicadas, o manuscrito nos permite supor que elas sejam iguais às quatro primeiras ruas; 6) os oito quarteirões trapezoidais destinados às habitações são exatamente iguais, exceto aquele no qual se encontra a casa de câmara, que difere um pouco dos outros.

No entanto, Teixeira (2005) comenta que o projeto não foi implantado, e a cidade atual não tem nada de comum com o projeto outrora idealizado. Sua execução indubitavelmente

sofreu obstáculos, alguns dos quais eram, provavelmente, insuperáveis. A localização geográfica da localidade, no sertão, onde as condições técnicas eram sem dúvida ainda mais desfavoráveis do que no litoral, é uma das explicações plausíveis para o fracasso da iniciativa. As dificuldades econômicas da capitania e da vila, assim como o sítio elevado onde deveria se localizar, são outras explicações possíveis. Seu projeto urbano, que segundo toda probabilidade chegou a ser demarcado no terreno, não foi respeitado.

3 METODOLOGIA

Para subsidiar o trabalho, a análise do contexto histórico da estrutura urbana na cidade de Portalegre no "Alto Oeste" potiguar, apresenta-se como elemento importante para compreensão e apreensão da dimensão espacial, sociocultural e política da cidade. No desenvolvimento da pesquisa, a base conceitual foi orientada com o método dedutivo Guerra e Guerra (1997, pag. 19) no que se refere à consolidação do referencial teórico, revisão bibliográfica, representação, interpretação, análise dos dados, informações e elaboração do texto. O método indutivo será adotado no desenvolvimento das atividades de campo, com fundamento na observação dos elementos naturais, construídos, históricos, e humanos da área da pesquisa, de modo subjacente à pesquisa qualitativa com abordagem dialética e crítica. Ao abordar a pesquisa qualitativa, Neves (1996. p. 1) a considera:

> Um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social.

Com a pesquisa qualitativa buscou a compreensão do processo de urbanização do local, mediante a utilização de instrumentos de coleta de dados em detrimento de regras ou visões holísticas, já que segue num viés de analogias, interpretações e descrições. A base metodológica apresenta-se com abordagem de cunho dialético e crítico na compreensão e consolidação do trabalho em tela. O recorte espacial, por sua vez, compreendeu o município de Portalegre, no sertão potiguar, Figura 02.

Figura 02: Mapa do Rio Grande do Norte – Localização de Portalegre

Fonte: Adaptado do google imagens, 2018.

No tocante à compreensão da historiografia urbana, realizou-se o desenvolvimento da periodização do tempo em momentos distintos na consolidação dos objetivos propostos. Corrobora com esse pensamento, a ideia de Santos (2013, p. 67):

> A noção de espaço parece fundamental para chegarmos a essa desejada história da cidade; e a história do urbano exige que seja muito bem-posta a noção de periodização. Em outras palavras, necessitamos dominar o que entendemos como espaço e, também, dominar a divisão do tempo em períodos.

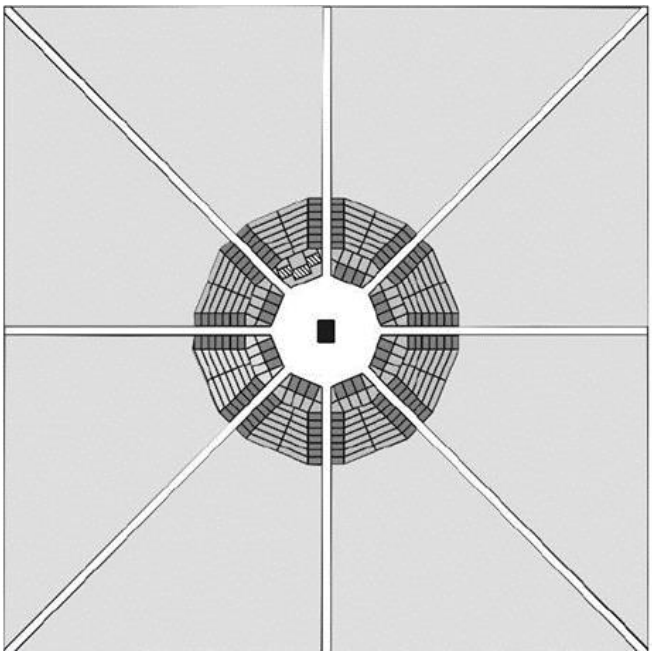
No tocante a constituição e consolidação espaço urbano em Portalegre, bem como agentes produtores deste espaço, faz-se necessário a busca de elementos socioculturais, políticos e espaciais contidos no momento histórico inicial de análise, considerado a partir da criação da Vila de Portalegre em 1761 apresentando as primeiras características tipicamente urbanas. O recorte temporal da análise tem como periodização os anos compreendidos entre 2006 e 2015 na forma de compreensão dos desdobramentos espaciais que o município presenciou nos últimos nove anos. Desta forma, para a periodização dos tempos em tela, o uso de manuscritos e mapas cartográficos históricos e atuais será executados concomitante a pesquisa documental, bibliográfica e jornada de campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Primeiras aglomerações e núcleos urbanos

A formação dos primeiros núcleos populacionais tomou materialização somente com a vinda dos índios Paiacus da Ribeira do Apodi, promovendo o florescimento das aglomerações, formando consigo um conjunto de casas que corroboraram para o surgimento da Vila de Portalegre. A partir da criação deste núcleo, conforme afirma Lopes (2011) o espaço toma ares de urbano com a edificação da praça principal, a Igreja, a Casa de Câmara, o pelourinho e o mercado público, estabelecendo-se as casas nucleares de habitação dos índios e colonos. Com a então, demarcação das terras no termo da Vila, foram especificadas as medidas seguidas para a construção das moradias com 30/40 palmos de frente por 60 de comprimento, além dos cem de quintal, conforme arranjo semelhante ao praticado nas casas coloniais. As atividades econômicas e a vida social nesses núcleos tinham pouca expressão, visto que a dinâmica maior estava centrada no meio rural. Por conseguinte, como reflexo da sociedade, o traçado urbano consolidou-se com características simples, apresentando ruas predominantemente sinuosas e edificações padronizadas, perdidas no meio rural circundante, Figura 03.

Figura 03: Centro Urbano de Portalegre no ano de 1960



Fonte: Dias, 2010.

A vida citadina passa por transformações socioculturais, evidenciando atividades tipicamente urbanas, especialmente a partir da política do Marquês de Pombal. As primeiras intervenções urbanas estavam garantindo apropriação do território igualmente cobiçado por nações rivais, mas o objetivo maior do plano urbanístico era o ordenamento do núcleo estruturante da cidade. Com efeito, o município ganha seu projeto com desenho urbano ortogonal de formatos trapezoidais das quadras, ruas retilíneas, que desembocavam diretamente na praça central, encontrando-se nesta a igreja matriz, ocupando o centro geométrico da pequena urbe, figura 04.

Figura 04: Projeto Urbano de Portalegre-RN

Fonte: Dias, 2010.

Observa-se neste sentido, que o primeiro traçado se constituía de uma manifestação espetacular das motivações ideológicas que animavam as principais autoridades lusitanas da época. Teixeira (2005) assegura que vários aspectos afirmam estas premissas como a extrema organização do tecido urbano, a regularidade das ruas, a simetria da planta bem como os efeitos processionais do espaço e sua hierarquia. A impressão deste conjunto tende à monumentalidade, compreendida enquanto intenção objetiva produz efeito de grandiosidade, apesar dos meios limitados, revelando claramente nas experiências conduzidas em todo o Brasil na segunda metade do século XVIII.

A demarcação da vila de Portalegre foi empreendida, talvez até realizada em sua totalidade. No entanto, o projeto não foi implementado, e a cidade atual não tem nada de comum com o projeto original estabelecido, salvo a centralidade do espaço próximo à praça matriz e a igreja. A localização geográfica da cidade, no sertão, onde as condições técnicas eram mais desfavoráveis do que no litoral, é uma das explicações plausíveis para o fracasso da iniciativa. As dificuldades econômicas da Capitania e da Vila, assim como o sítio elevado, são outras explicações possíveis. Seu projeto urbano, não chegou a ser demarcado no terreno e tão pouco foi respeitado.

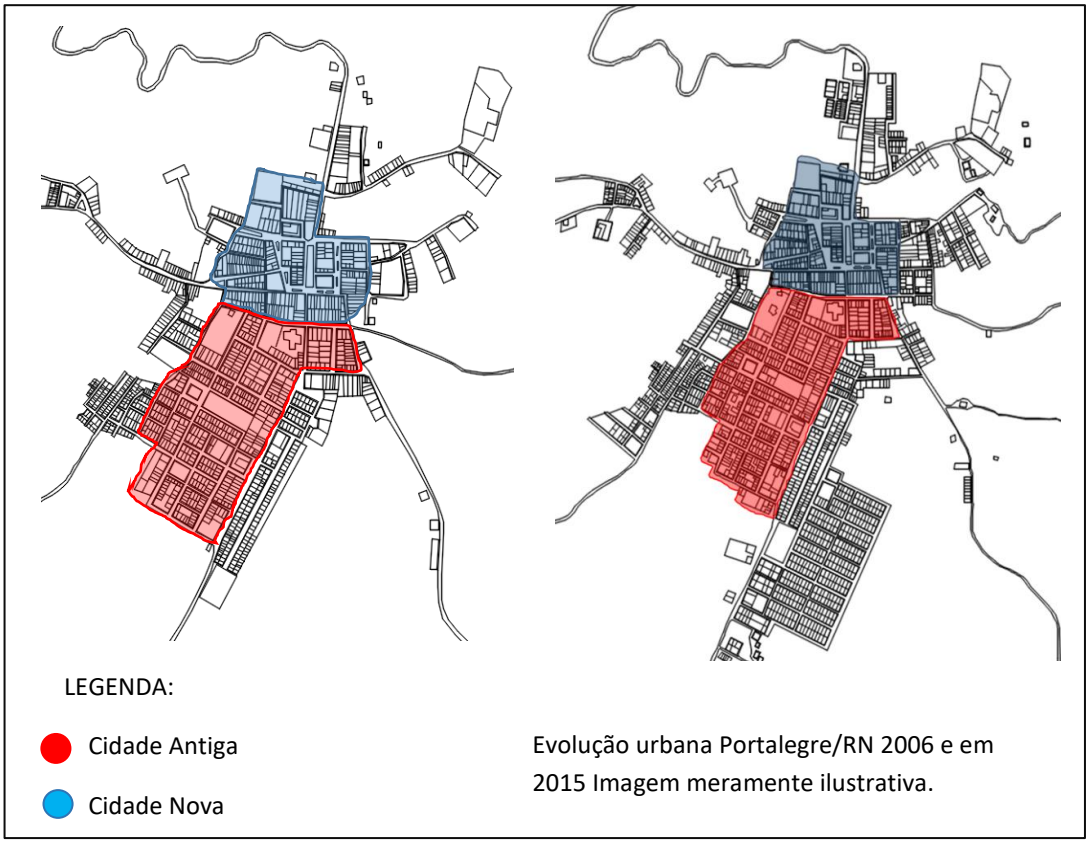
4.2 Portalegre e a constituição do atual desenho urbano

Sobre as tipologias das quadras, formatos dos lotes, alinhamento das ruas, verifica-se a fragmentação do espaço urbano no município caracterizando duas zonas, a “cidade antiga” (compreende todo o centro), a “cidade nova” (Bairro São José) e áreas periféricas (Bairros Carrapicho e Cohab) evidenciando nítidas discordâncias na morfologia urbana.

A “cidade antiga” em seu traçado original compreende Igreja e a Praça Matriz com as ruas orientadas adjacentes apresentando expressivo trafego de veículos e circulação de pedestre, bem como a confluência de diferentes relações socioculturais como festejos e celebrações, consagrando ao espaço diferentes formas e funções sobre esta região, tanto na “cidade antiga” e “cidade nova” Figura 05.

No tocante ao desenho das quadras verifica-se total despadronização do espaço urbano, havendo diferentes traçados heterogêneos que lembram quadrados, retângulos, trapezoidais e por vezes triangulares, com ruas sem concordância de medidas e tamanhos. Segundo Mascaró (2003) este traçado tem custos maiores que os ortogonais e apresentam taxas de aproveitamento menores, formando glebas irregulares, significando assim uma rúpia "deseconomia". Seus custos são ainda superiores, porque os quilômetros de vias necessárias para servir a uma mesma área urbana são maiores, e o perímetro dos quarteirões aumenta na medida em que nos afastamos do quadrado. Os cruzamentos, por serem atípicos, também terão maior superfície a ser pavimentada. Esta configuração morfológica das quadras impacta sobre o dimensionamento dos lotes e ruas, convergindo no desenho urbano do município.

Figura 05: Desenho Urbano de Portalegre-RN no ano de 2006 e em 2015



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Em contraposição à estrutura morfológica, verifica-se na "cidade nova", bairros como São José, recentemente estruturados, em conformidade às medidas padrões urbanos com formação de quadras retangulares, perfazendo uma malha viária com coerência de alinhamento e delimitação dos lotes, em estilo ortogonal. Este perfil ortogonal delineia-se como o mais ideal, em loteamentos e parcelamento do solo, haja vista, por apresentar baixas perdas de área útil, aproveitando integralmente o solo, conforme destaca Mascaró (2003).

Nas áreas de expansão observam-se características morfológicas que apresentam o espaço urbano metamórfico com o espraiamento da cidade em assentamentos consolidados nos arredores do centro. Localizado distante do núcleo estruturante e de áreas com equipamentos públicos de uso coletivo, como Praça Matriz e terminais turísticos, assim como a Igreja e o hospital, estas áreas apresentam a segregação sociosepacial, culminando num espaço urbano marginalizado socialmente. Na Figura 04, tem-se uma vista aérea do município de Portalegre no ano de 2006.

Considerando a periodização entre os anos de 2006 a 2015, observa-se o espraiamento do tecido urbano e a solidificação de novos espaços, com a construção de casas e consequente formação de quadras a cidade ganha compacidade. Não mais, vislumbram-se apenas duas grandes áreas (cidade antiga, cidade nova), mas o surgimento de novas configurações espaciais, como loteamentos, empreendimentos imobiliários como hotéis, glebas rurais e urbanas destinadas à classe de maior estatuto social em contraponto as classes menos favorecidas, uma espécie de segregação socioespacial eminente. Compreende-se então que o

desenho das quadras e áreas de expansão configura-se em tecido heterogêneo, impregnado de formas ortogonais e orgânicas sem maiores preocupações com padronização, Figura 05.

A morfologia urbana do município continua com as mesmas características, com um centro caracterizado pelo emaranhado de ruas sinuosas, quadras desproporcionais, bem como lotes, sem sentido e orientação, remetendo a um processo de povoamento e estruturação da cidade aos moldes do traçado lusitano. Corrobora que está analise a fala de Morse (1970), afirmando que as cidades brasileiras se apresentam como recriações das cidades medievais portuguesas com suas ruas tortuosas e bairros congestionados, sem nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre este significativo abandono que exprime a palavra desleixo, Figuras 05 e 06. Nesta perspectiva, apesar dos tempos, o processo evolutivo da cidade, a cultura tradicional construtiva ainda prevalece nos planos de crescimento e ordenamento territorial do município.

Outro fator preponderante, o processo de urbanização periférica, trazendo consigo conforme afirmam Santos e Chaves (2000) graves problemas, como a ocupação de áreas irregulares, onde existem nascentes, vertentes, encostas, várzeas, e leito dos córregos, ou seja, áreas com fragilidade ambiental, sem que haja uma política urbana eficaz, onde o seu papel seria a reestruturação e não manutenção de mecanismos que possibilitem a especulação.

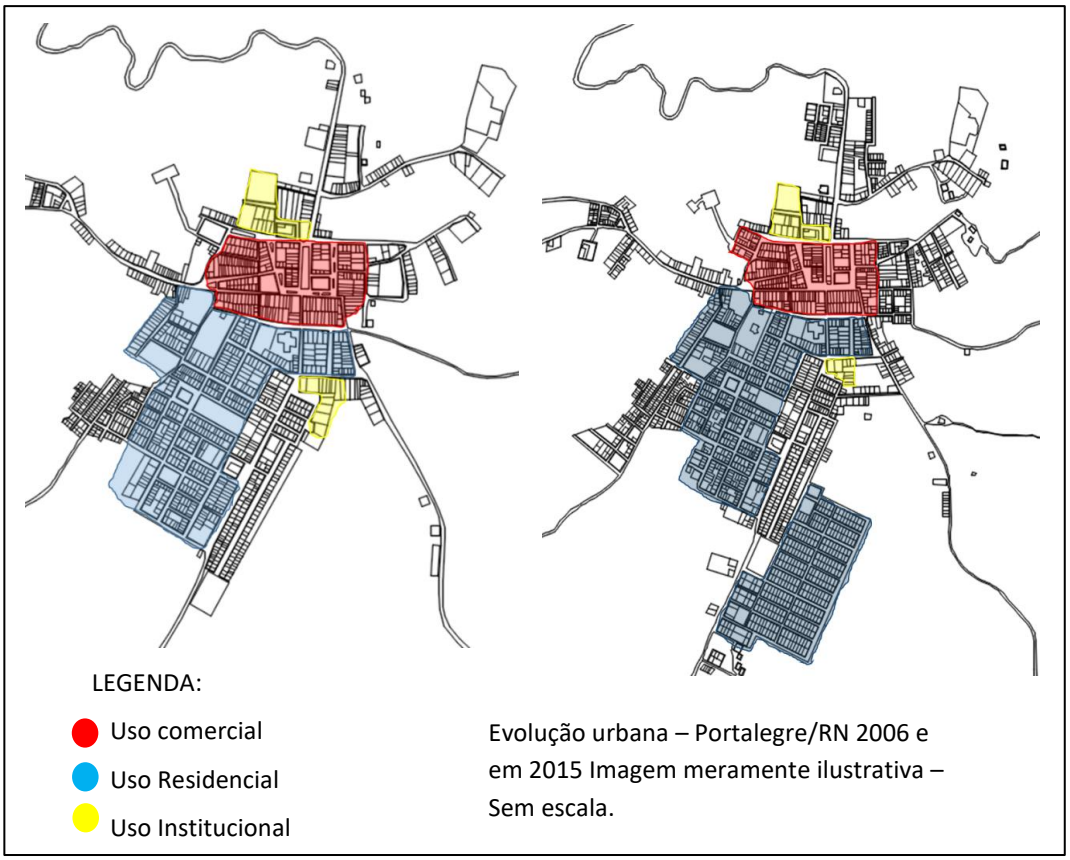
4.3 Usos e função dos lotes

A análise do traçado urbano perpassa pela compreensão das diversas formas de usos e apropriação deste espaço, promovidas através da ação de agentes sociais e culturais, acarretando na valorização de zonas urbanas até então esquecidos ou sem significância para sociedade, para novos espaços com novas funções em um processo de revitalização do espaço urbano. Neste sentido, no município de Portalegre, em decorrência da formação histórica, como também as inserções de vários agentes produtores, estimulam a fragmentação do espaço pelas diferentes formas de uso, presenciando a formação de regiões de concentração comercial, residencial e de lazer.

O centro do município caracteriza-se pela concentração de relações sociais, promovidos por eventos, missas e festejos, bem como pela presença de equipamentos públicos, como a Igreja, correio, banco e a prefeitura municipal, tornando este espaço relevante aos moradores, como local de negócios, de lazer e entretenimento.

Em decorrência destas peculiaridades, nota-se a valorização econômica destas áreas, com a implantação de comércios, bodegas, lojas, pequenos mercados e bares, perfazendo um centro comercial. Corrobora com essa análise, a afirmação de Coreia (1995) que trata da área da cidade de uso mais intensivo, com maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário. Observa-se que no tocante aos usos, encontram-se os mais elevados preços da terra, justificando-se assim a intensidade do uso do solo, sobretudo em áreas de uso comercial no município, Figura 06.

Figura 06: Delimitação dos usos: comercial, residencial e institucional em Portalegre, 2006 e em 2015



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

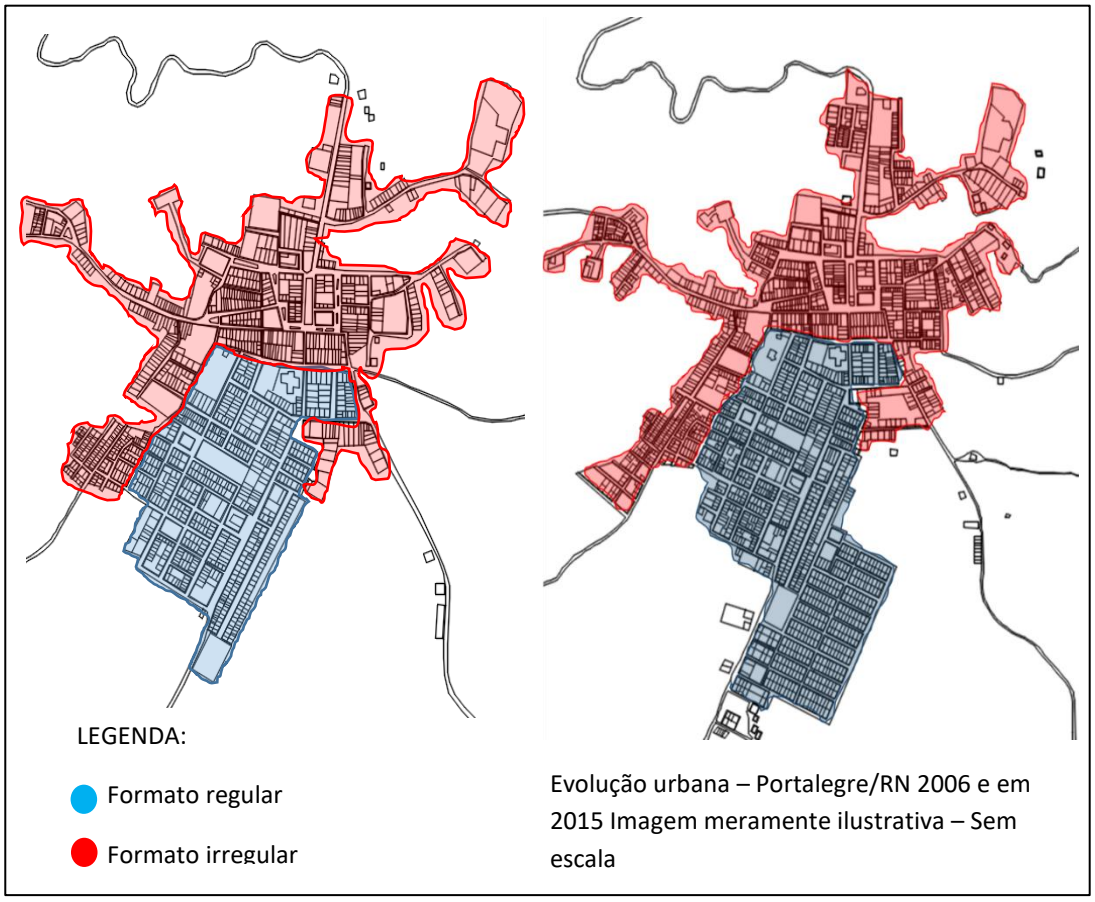
Todavia, em decorrência desta centralização de formas de uso econômico e residencial no núcleo urbano, nota-se a edificação de casas massivamente aos arredores deste espaço, solidificando a cidade nova, com a predominância do uso residencial, tanto em busca de moradia próxima ao centro como também pela valorização imobiliária. Percebe-se também a fragmentação do desenho urbano notada pela delimitação de uma periferia como fruto dos produtores imobiliários e grandes proprietários de terras.

Com o surgimento de terminais turísticos no município como a Bica, o Hotel Portal das Serras e a Cachoeira do Pinga houve uma forte valorização destas áreas, bem como nas regiões próximas, promovendo o uso residencial elitizado do espaço com a construção de casas projetadas com alto padrão de acabamento, reflexo da valorização mercadológica da terra conferida por estes terminais. O uso comercial por sua vez acompanha o processo de valorização do solo urbano, notadamente nas regiões próximas aos pontos turísticos da cidade, figura 08.

Ressalta-se que acerca dos usos do espaço, a configuração espacial do município tem apresentado um desenho urbano consolidado de heterogeneidade cada vez mais denso, observado na Figura 08. Os usos institucionais constam nos espaços simbolicamente e politicamente construídos demarcados pela Igreja Matriz, o Largo, Casa de Câmara e Cadeia, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e demais órgãos governamentais nas três esferas de poderes.

4.4 Formas urbanas

FIGURA 07: Delimitação das formas urbanas em Portalegre,2006 e em 2015.



FONTE:Dados da Pesquisa, 2016.

No que tange as formas urbanas, a estrutura evidenciou características físicas oriundas dos usos e função dos espaços. As diversas formas urbanas são moldadas de acordo com as relações sociais inerentes ao espaço, imprimindo nestes significados e apegos materializando a “cidade antiga” e a “cidade nova”. Como resultado dos usos, a forma das quadras, lotes, ruas em si representam um passado não distante, pois na configuração espacial da cidade como um todo, observam-se elementos urbanos remanescentes da falta de zelo pelo ordenamento dos espaços. Os formatos mais marcantes mantêm correlação com a geometria conhecida (quadrados, retângulos, triângulos e por vezes formas orgânicas) observados nas Figuras 09 e 10. Destaque para os arruamentos com suas delimitações irregulares marcantes mesmo em áreas de expansão em processo de consolidação nos arredores do centro urbano do município.

4.5 Questão social e sua influência no desenho da cidade

A cidade como palco de convívio e relações sociais, denota-se como espaço de características heterogêneas com valores, concepções e a consequente supervalorização de áreas em detrimento de outras promovendo a petrificação de malha urbana. Segundo Fernandes (1992) a construção da cidade traduz a história da produção e da reprodução das

relações sociais, sendo projeção da sociedade sobre o terreno, inscrevendo no espaço profundas diferencias sociais. Desta forma, a compreensão acerca da estrutura urbana trafega pelo entendimento e compreensão dos principais agentes produtores do espaço urbano, bem com as relações sociais, no fomento a formulação das zonas demarcadas na cidade.

A cidade de Portalegre, devido sua colonização, fomentou o encontro de culturas portuguesa, indígenas e africana, promovendo o enraizamento de valores e concepções da formação do espaço. Todavia, é com base nestes laços culturais que se investiga o espaço urbano portalegrense, onde se evidencia a formulação de um espaço centralizador de relações socioeconômicas, com vistas aos festejos, eventos, missas e centro de comércios, promovendo o crescente número de casas construídas sem padronização em um completo emaranhado.

No centro da cidade, verifica-se o desejo por parte de moradores a construção de suas casas próximas ao núcleo estruturante havendo assim o surgimento de casas perfiladas em um contexto de ordem próximo a este. No município, nota-se que os espaços incialmente eram vazios, mas com o advento dos terminais turísticos (Hotel, Bica e a Cachoeira do Pinga), a produção do espaço urbano acabou conferindo novos assentamentos humanos e crescente fragmentação e segregação urbana ainda discreta, porém com expressiva significância social, sobretudo na perspectiva de atendimento ou não dos menos favorecidos economicamente.

5 CONCLUSÃO

Em síntese o presente estudo buscou o entendimento e compreensão do atual desenho urbano do município de Portalegre, bem como a apreensão das características históricas inerentes a formação das primeiras aglomerações que deram origem a cidade. Os objetivos do trabalho subjacente à base metodológica proposta na pesquisa trouxeram a tona o cenário de duas cidades antagônicas, mas impregnadas de significados do passado em meio ao processo de expansão em fase de consolidação.

Com realização desta pesquisa, constatou-se que o município Portalegre, no tocante ao desenho urbano apresenta-se fragmentado e hierárquico, expressando um centro urbano histórico, com estrutura morfológica enraizada em concepções e ideários lusitanos. Em contraposição a esta realidade evidenciou-se a formação de uma periferia, onde não se evidencia a sintonia em relação ao centro da cidade, promovendo a marginalização de áreas periféricas. Com efeito, notou-se que o traçado urbano, vislumbrado pelo desenho urbano compreendido entre os anos de 2006 a 2015 sofreu incipientes transformações, permanecendo a mesma configuração urbana do centro, bem como de bairros próximos, como surgimento de novos loteamentos e conjuntos habitacionais.

Conclui-se que através do desenho e morfologia urbana para compreensão da criatividade no espaço urbano, é preciso antes de tudo salientar que a cidade é um ser vivo, geograficamente localizado, fisicamente assentado em um traçado viário, administrativamente autônomo, mas, acima de tudo, em constante mutação. A cidade é formada por pessoas em suas relações físicas, sociais, culturais e econômicas. O entendimento da cidade exige o seguimento de um fio histórico, unindo pilares indenitários do passado, singularidades do presente e vocações futuras revelando as intrincadas e multifacetadas

relações entre formas de percepção da urbe e suas fragilidades e soltando as velas de seus potenciais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rita de Cássia Gregório de. MAIA, Doralice Sátyro. *Desenho urbano inicial das cidades pequenas do sertão da Paraíba: O caso do povoado do Boqueirão do Curema*. Revista Colombiana de Geografia. Bogotá, Colômbia. v. 20, n. 1, pp. 121-130. 2011.

AZEVEDO, Aroldo de. 1956. *Vilas e Cidades no Brasil Colonial: Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva.* Terra Livre, São Paulo, nº 10. pp. 23-78. Janeiro-julho 1992.

CASCUDO, L. da Câmara. Nomes da terra, p. 235, 1968.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3. ed. Ática, Série Princípios, n.174, 1995. p.1-16.

DIAS, Thiago Alves et al (Org.). Urban design, Morphology , Historiography , Portalegre.: *250 anos de fundação de Portalegre*. Natal: Edufrn, 2010. 126 p. Disponível em: <http://www.portalegre.rn.gov.br/admin/fotos/Portalegre do Brasil História e Desenvolvimento - 250 anos de fundação de Portalegre.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DEL RIO, Vicente*. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990, 200 p.

FERNANDES, Antônio Teixeira. *Espaço social e suas representações*, VI colóquio Ibérico de geografia, Porto, p.39, setembro 1992.

GUERRA, Antonio Teixeira e GUERRA, Antonio José Teixeira. *Dicionário geológico-geomorfológico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GUIMARÃES, C. M. de O*. Entre o Progresso e a Incompletude da Modernidade.* Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v.14 -n.15. 2007. p. 186-209.

LIMA, Verônica Maria Fernandes. *Desenho Urbano: Uma análise de experiências brasileiras.* 2008. 350 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LIMA, Verônica Maria Fernandes. *Desenho Urbano: Uma análise de experiências brasileiras*. 2008. 350 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LYNCH, Kevin. *A Theory of Good City Form*. Cambridge, MA: MIT Press, 1981.

MASCARÓ, Juan Luis. Loteamentos Urbanos, 1. Ed., Porto Alegre, 2003, 207 p.

MORSE, Richard. (1970). *Formação História de São Paulo: de comunidade à metrópole*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

MOTTA, Raimundo Nonato. *Fundação de Port'Alegre*. In: "Revista do IHGRN"v. XX, XXI, XXII, 1923.

NEVES, J. L. *Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração*, v. 1, n. 3. 1996.

SANTOS. Milton. Técnica, Espaço, Tempo. EDUSP. 2013.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *O espaço urbano regular como discurso: as vilas do Rio Grande do Norte na Era de Pombal.* Vivência, Natal, v. 9, n. 29, p. 189-206, 2005.

SHIRVANI, Hamid. The Urban Design Process, Van Nostrand Reinhold, Nova Yorque (1985).

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *O espaço urbano regular como discurso: as vilas do Rio Grande do Norte na Era de Pombal*. Vivência, Natal, v. 9, n. 29, p. 189-206, 2005.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da cidade de deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. 1. ed. Natal: Editora da UFRN - EDUFRN, 2009, 582 p.